



DOROTEIAS
DA PROVÍNCIA
PORTUGUESA



BÚSSOLA **21**

DEGRAUS DE PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS

CENTROS EDUCATIVOS
DAS IRMÃS DOROTEIAS

Irene Cortesão e Pedro Jesus, orgs.



PREÂMBULO

INTRODUÇÃO

PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS NOS CONTEXTOS
EDUCATIVOS

PORQUÊ A OPÇÃO PELA INVESTIGAÇÃO-AÇÃO?

OBJETIVOS E MÉTODO DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO
REFERENCIAL DE GRAUS DE PARTICIPAÇÃO

APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELABORADA PARA A REDE
EDUCATIVA

UM PROCESSO A VIVER EM CADA CENTRO EDUCATIVO

PREÂMBULO

A participação das crianças e dos jovens na educação constitui a mais relevante condição para que a educação, e não apenas o ensino, ocorra, ao mesmo tempo que representa o meio mais consistente e efetivo do seu acesso ao conhecimento e ao desenvolvimento livre, inteiro e solidário. A própria educação não deveria, pois, pensar-se e fazer-se fora de um claro horizonte de participação das crianças e dos jovens.

Sem o respeito e o reconhecimento da identidade pessoal e cultural de cada criança-aluno-sujeito-cidadão, fugindo de um universalismo abstrato, a escola dificilmente será uma instituição justa e promotora da igualdade de oportunidades e da equidade, ou seja, da qualidade educacional. E isso requer desbravar caminhos com cada criança e não para cada criança, num novo quadro relacional. O atual modelo escolar dominante, nascido no Séc. XIX, num contexto cultural bem diferente do atual, mais do que facilitar esta participação, contém pressupostos, gera mecanismos e adota estratégias de ação que a dificultam e até contrariam: as crianças e os jovens são considerados sobretudo como beneficiários e recetáculos, mais ou menos passivos, de um “thesaurus cultural” que devem aprender a conhecer.

Num novo contexto de aceleração do tempo e de “imposição” de uma revolução digital, em que aparecem como ilimitadas e omnipresentes as possibilidades de manipulação de cada

cidadão, em particular as crianças e os jovens, em que a sua liberdade e humanidade estão na mão de algoritmos, subordinados ao lucro, a sua participação ativa e contínua, ao longo de toda a escolaridade, representa um desafio urgente, profundo e irrecusável.

Se isto é verdade e se o modelo escolar dominante não facilita nem promove a participação ativa, permanente e profunda, a encruzilhada em que nos encontramos é deveras complexa e convoca-nos para uma reflexão e ação sistemáticas, orientadas e sustentadas no tempo. Uma reflexão e ação ousadas e que não podem ser adiadas, mesmo em nome das dificuldades que é e será preciso ultrapassar. Nada é ou será fácil neste caminho. Este texto é fruto de um investimento inovador dos centros educativos das Irmãs Doroteias, ao longo de cinco anos (2018-2023), coordenado pelos professores Irene Cortesão e Pedro Jesus. Um labor em que o envolvimento esclarecido e refletido em comum por parte dos educadores/professores e a participação mais alargada e mais profunda das crianças e dos jovens foram o fio condutor.

Construído em comum este referencial, com base numa estratégia de investigação-ação, importa que ele continue a ser um instrumento quotidiano de trabalho, um instrumentum laboris, uma ferramenta para uso permanente, tanto para a ação como para a sua cuidada e sistemática reflexão e avaliação, envolvendo sempre as crianças e os jovens.

INTRODUÇÃO

Após alguns anos de aprendizagem no domínio da participação das crianças e jovens, e fruto dessa aprendizagem feita em rede, percebemos que a evolução das formas de participação nos centros educativos não é simples e não acontece de forma imediata nem unívoca. Com base nessa constatação, percebemos a necessidade de, juntos, procurarmos construir um referencial (de gradação) da participação que nos pudesse, a todos, servir como bússola orientadora, um roteiro ou um caminho que os Centros Educativos das Irmãs Doroteias poderão e deverão realizar. O objetivo é ajudar a atingir um estágio de participação plena das crianças e jovens, no qual essa participação não se limite a aspetos funcionais ou de consulta, mas seja parte de um efetivo diálogo interpessoal que visa promover o desenvolvimento e a emancipação das crianças e jovens/alunos.

Assim, ao longo do ano letivo 2021-2022, desenvolvemos um processo de investigação-ação no sentido de permitir não só perceber que existem diversas formas de compreender a participação das crianças e jovens na educação escolar e pré-escolar, mas também tornar mais clara a natureza das formas de participação a que aspiramos.

O documento que aqui apresentamos organiza-se em duas partes. Na primeira, descrevemos, de forma breve, o caminho percorrido, enquanto que, na segunda, damos a conhe-

cer o modelo de escala de participação a que chegámos, fruto desse trajeto: os Degraus de Participação das crianças e jovens dos centros educativos das Irmãs Doroteias.

Este trabalho não procura estabelecer ou fazer uma proposta de currículo de participação de crianças e jovens no contexto escolar, um percurso a percorrer de forma individual pelas crianças/alunos, mas, sim, constituir-se como um referencial para a reflexão e a vivência quotidiana da participação, entendida como um direito pedagógico (Bernstein, 2000). Isso pressupõe um olhar sobre as crianças e jovens não como objetos de ensino, mas como sujeitos ativos, críticos e competentes. Participar significa ser incluído, ser aceite, estar envolvido numa área de vida e ter acesso aos recursos necessários a esse envolvimento (Emilson & Folkesson, 2006). Uma escola só pode ser considerada democrática na medida em que os seus membros, de todas as gerações, estão envolvidos e participam quotidianamente nas reflexões e decisões sobre aspetos que lhes dizem respeito, sendo conhecidos e reconhecidos como sujeitos protagonistas da própria vida e agentes de transformação da realidade, com um forte sentido de construção do bem comum.

Na linha de autores como Hart (1996) temos consciência que nem todas as formas de participação das crianças no espaço escolar são, de facto, experiências de participação, consi-



derando o conceito que aqui adotamos. Reconhecemos que são comuns situações em que aparentemente é escutada a voz das crianças e jovens, mas em que, na verdade, estes têm pouca ou nenhuma possibilidade de escolha e pouca ou nenhuma oportunidade de formular as suas próprias opiniões.

Estas situações são quase que formas decorativas de participação e não estão ao serviço do desenvolvimento de crianças/alunos protagonistas da própria vida e agentes de transformação da realidade.



Figura 1 – Protagonista e Agente de Transformação

PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS NOS CONTEXTOS EDUCATIVOS

A participação é um conceito difícil de definir, podendo ter múltiplos significados, por vezes, divergentes. Participar, e agora especificamente no que diz respeito à participação das crianças e jovens, significa poder influenciar os processos de decisão que envolvem negociação entre adultos e crianças/jovens sobre questões relacionadas com eles e com o seu desenvolvimento. Trata-se de um processo gradual, que evolui com a experiência e a aprendizagem. Nesta perspetiva, está nas mãos dos educadores/professores induzir o processo de participação livre das crianças e jovens, uma vez que são essas experiências vividas que tornam

as crianças e os educadores mais participativos, mais capazes de participar, mais conscientes dessa necessidade. Só se aprende a participar através da experiência vivida e só através desta vivência é que se consegue que a participação seja plena, desejada, não mera “decoração”, mas sim

uma forma realmente nova de aprender e de educar. Neste sentido, pode afirmar-se que se constitui como um direito pedagógico (Bernstein, 2000), um reforço à valorização pessoal e social das crianças e jovens, fazendo com que estes se sintam parte do processo (Thomas, 2007).

Quem está ligado à Educação quotidianamente, sabe que o ato de educar implica participar. Todos os dias os educadores e professores fazem atividades com as crianças e os jovens e estes participam nessas atividades (Jesus & Cortesão, 2021). No en-

tanto, sendo a Escola uma instituição que não convivia à participação, consideramos que trabalhar numa área de inovação pedagógica como a da participação das crianças e jovens requer, de facto, ressignificar o conceito de participação no espaço educativo, na cabeça de todos os intervenientes e nas práticas habituais dos professores/educadores e das crianças e jovens. Nesse processo é fundamental pensar no papel dos professores/educadores, responsáveis por criar esse ambiente, o que, inevitavelmente, implica também uma mudança no papel que tradicionalmente estes têm no processo educativo:

Propõe-se assim deixar cair algumas das certezas que se foram adquirindo com a prática, abrindo as portas a uma nova forma de olhar o papel que os adultos e as crianças têm nos espaços educativos, olhando as crianças como seres com competência para serem verdadeiros parceiros na construção da Escola (Jesus & Cortesão, 2021, p.4).

Para esse fim, propõe-se, na linha de Schafer (2011), criar um ambiente educativo propício à expressão individual, um local onde crianças e jovens se sintam à vontade para partilhar experiências, um lugar de liberdade onde possam desenvolver as suas capacidades criativas, crescendo como cidadãos críticos e participativos que, durante o exercício do direito de serem ouvidos, aprendem a dialogar, respeitar regras, trocar pontos de vista e chegar a consensos.



ENQUADRAMENTO

Considerando que a escola tem um papel fundamental na promoção de espaços e tempos de comunicação e participação, com vista a uma educação para a cidadania, torna-se necessário refletir sobre o facto de o processo de participação das crianças e jovens/alunos na escola ser tão complexo.

Sendo a infância atravessada, no campo social, pelas relações assimétricas de poder e ação entre adultos e crianças e pela perspetiva adultocêntrica do conhecimento (Falsarella, 2018; Marchi, 2011), tendo a Escola como principal função o papel de ensinar conhecimentos e competências necessárias à sociedade e aos processos de socialização, é natural que ela espelhe as hierarquias e os diferentes níveis de poder existentes na sociedade. Nesse sentido, a dificuldade de atingir uma verdadeira participação das crianças está ligada à circunstância de que a Escola é, em si mesma, um local onde essa participação não é natural. Os professores e educadores cresceram, como alunos e como profissionais, num ambiente no qual existe uma assimetria de poder entre adultos e crianças, onde a participação das crianças e jovens é estranha. Parece-nos, assim, necessário compreender que, neste domínio, há um caminho a percorrer, questionante, feito no limite do risco, atravessado de dúvidas e incertezas, difícil, mas que é possível e desejável fazer.

Ainda estamos muito longe de responder às necessidades de participação das crianças/jovens na escola que temos. Para que se consiga trilhar um caminho, este tem de ser um processo feito com todos, lado a lado. Quando falamos de todos, di-

zemos adultos e crianças, numa comunidade de aprendizes (Schafer, 2011).

No contexto da “oficina de inovação pedagógica da participação das crianças e jovens”, foram sendo construídos, ao longo do tempo, materiais de apoio à reflexão que procuram ajudar à clarificação do que se entende por participação das crianças e jovens, e dos processos e estratégias que se pensam mais adequados aos diferentes contextos, tendo mesmo sido construído um Guia da Participação das Crianças e Jovens da rede educativa (Cortesão & Jesus, 2020). Com isso pretendeu-se apoiar os centros educativos no sentido de se tornarem espaços em que as crianças e os jovens sejam “protagonistas da própria vida e agentes de transformação da realidade” (Perfil dos Alunos dos Centros Educativos das Irmãs Doroteias). Sendo um processo participado pelos atores envolvidos, foi-se tornando clara a necessidade de se perceber em que parte do caminho nos encontramos e de se construir um mapa, um roteiro, um espaço de debate e apropriação que permita uma orientação comum na direção desejada. Apoiados nas ideias de diferentes autores como Hart (1992), Shier (2001), Fielding, (2012) e Cunha (2018), optou-se, por, em rede, construir um referencial que ajude a perceber os diferentes graus/degraus que se colocam à participação das crianças e jovens no contexto escolar. Assim, educadores, professores, crianças e jovens estiveram envolvidos ao longo do ano letivo 2021/2022 no estudo e reflexão conjunta sobre posições e conceitos teóricos, articulando-os com as diversas práticas e realidades educativas dos diferentes centros da rede. (Cortesão & Jesus, 2023)

PORQUÊ A OPÇÃO PELA INVESTIGAÇÃO-AÇÃO?

A metodologia da investigação-ação pareceu-nos, desde logo, particularmente promissora no que diz respeito ao contexto e aos objetivos deste projeto, isto porque se trata de uma forma de investigação autorreflexiva, desenvolvida pelos participantes em situações sociais (incluindo educacionais), com vista a melhorar a racionalidade e justiça das suas próprias práticas sociais ou educacionais (Flores & Silva, 2019), da sua compreensão sobre essas mesmas práticas e das situações em que essas práticas se realizam. A investigação-ação orienta-se por um interesse emancipatório e a sua prática é uma praxis informada e comprometida eticamente, assente numa sabedoria prática (Caetano, 2019), na qual os valores dos investigadores estão presentes no diagnóstico de problemas e na orientação da ação.

A investigação realizada nas Ciências da Educação implica, pela sua própria natureza, reconhecer a importância de recorrer a metodologias que possibilitam abordar a complexidade da realidade, permitindo uma compreensão e análise de situações ricas e diversas como são os processos educativos (Cortesão, 2019).

As definições de investigação-ação são diversas e revelam diferentes perspetivas, contudo, sendo uma metodologia de investigação que não tem uma definição unívoca, existem algumas características básicas desta abordagem metodológica que nos parece relevante destacar. Trata-se de um processo reflexivo levado a cabo pelas pessoas envolvidas numa situação particular, decorrente no local da ação, tendo subjacentes problemas do quotidiano profissional, com vista à melhoria de uma deter-

minada situação, numa visão integrada da teoria e prática, produzindo um saber contextualizado. Procura a melhoria da ação educativa, implicando os protagonistas no processo de mudança, no sentido de se conseguir uma transformação/formação dos atores. Isto porque a participação dos professores neste tipo de pesquisa oferece-lhes a possibilidade de compreender, de maneira sistemática e aprofundada, a sua própria prática pedagógica, o que contribui para a renovação da sua metodologia de ensino-aprendizagem e para o seu aperfeiçoamento profissional (Cardoso, 2014, in Cardoso & Rego, 2017). Neste sentido, aumenta a sua capacidade de analisar e interrogar as situações profissionais nos diversos contextos em que atua, contribuindo para o desenvolvimento da sua autonomia pessoal e profissional.

OBJETIVOS E MÉTODO DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO REFERENCIAL DEGRAUS DE PARTICIPAÇÃO

Neste processo, iniciado em setembro de 2021, os oito centros educativos do ensino não superior pertencentes às Irmãs Doroteias foram desafiados a desenvolver um processo de investigação-ação. Assim, através de uma metodologia participativa, colaborativa, sistemática, política, crítica e orientada para a mudança, num exercício de autonomia coletiva que se articula com a responsabilidade relacional e com o respeito pelo outro e por si próprio (Caetano, 2019), os educadores/professores participantes foram chamados, num primeiro momento, a assumir a responsabilidade pelas decisões e atos realizados na construção de um horizonte partilhado, a melhorar a racionalidade e justiça das suas próprias práticas

educacionais e a sua compreensão sobre as mesmas. No decurso do ano letivo 2021/2022 realizaram-se sete momentos de formação mensais com 80 educadores e professores, durante os quais os participantes foram convidados a fazer uma revisão da literatura sobre conceitos fundamentais inerentes à participação das crianças e jovens. Refletimos assim, conjuntamente, sobre diversas questões (ver Cortesão & Jesus, 2023), num espaço de debate e apropriação de diferentes ideias de diferentes autores (Cunha, 2018; Fielding, 2012; Hart, 1992; Shier, 2001; Susinos & Ceballos, 2012; Tomás & Gama, 2011), no sentido de criar uma proposta própria contextualizada à realidade da rede.

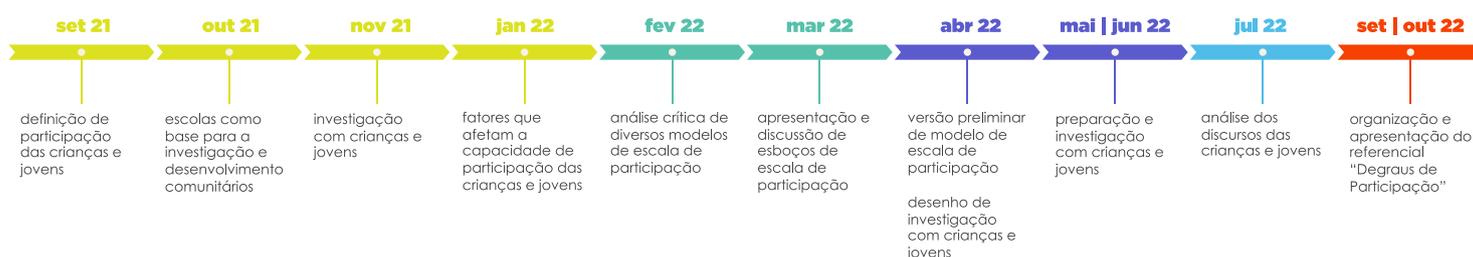


Figura 2 – Etapas percorridas ao longo do tempo

APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELABORADA PARA A REDE EDUCATIVA

Os educadores/professores fizeram uma apreciação crítica das diferentes propostas de graduação da participação das crianças/alunos estudadas, identificando os aspetos que consideravam mais pertinentes/interessantes/adequados aos contextos em que vivem, assim como os que consideravam que não faziam sentido para os mesmos. Com base neste trabalho apresenta-

ram três diferentes propostas de graus de participação tendo-se chegado posteriormente a uma quarta proposta que sintetizava os aspetos considerados como mais relevantes.

O modelo, a que se chamou Degraus de Participação, é baseado em seis níveis de participação, organizados em quatro categorias: A) Participação Condicionada; B) Participação Consultiva;

6. Partilha de responsabilidades e tomadas de decisão entre adultos e crianças/jovens (formulação alternativa – aprendizagem intergeracional)

5. Envolvimento/implicação das crianças/jovens em processos de tomada de decisão

Categoria D – Participação Codecisora, Democrática (Crianças/jovens codecidem, fazem parte dos processos de decisão)

4. Crianças/jovens são apoiados/incentivados a expressarem-se e a levarem os seus interesses mais longe, de forma regular e sistemática

Categoria C – Participação Colaborativa (Crianças/jovens participam ativamente, num envolvimento diário)

3. Crianças/jovens são desafiados pelos adultos a partilhar as suas opiniões de forma regular e sistemática – também os mais invisíveis e tímidos

2. Crianças/Jovens são cuidadosa e ativamente observados/escutados pelos adultos, processos a partir dos quais os adultos ampliam os interesses/opiniões das crianças/jovens

Categoria B – Participação Consultiva (Crianças/jovens contribuem)

1. Crianças/jovens são escutados, não participam nas tomadas de decisão nem são informados dos processos resultantes dessa recolha, mas o resultado dessa escuta é tido em conta nas decisões tomadas

Categoria A – Participação Condicionada (Crianças/jovens são vistos como fontes de informação)

Quadro 1 – Modelo de escala de participação elaborado e adotado pela rede educativa



C) Participação Colaborativa; e D) Participação Codecisora, Democrática.

Em cada nível (ou degrau) de participação, os indivíduos e as organizações podem ter diferentes graus de compromisso com o respetivo processo de empoderamento. Apoiando-se no referencial de Shier (2001), os “Pathways to Participation”, o modelo adotado pretende aprofundar essa situação identificando três estágios de compromisso em cada nível: abertura, oportunidade e requisito. De acordo com Shier (2001), em cada nível uma abertura ocorre no momento em que um participante está pronto para operar nele. Ou seja, quando faz um compromisso pessoal ou uma declaração de intenções de trabalhar de uma determinada forma. É apenas uma abertura, uma vez que a oportunidade para a fazer acontecer pode não estar disponível. O segundo estágio, uma oportunidade, ocorre quan-

do são satisfeitas as necessidades que permitirão ao educador ou à escola operar neste nível na prática. Essas necessidades podem incluir recursos (incluindo tempo para a equipa), capacidades e conhecimentos (obtidos, possivelmente, por formação), desenvolvimento de novos procedimentos ou novas abordagens para tarefas estabelecidas. Por fim, um requisito é concretizado quando se torna política consensualizada da escola que os profissionais devem operar nesse nível. Torna-se uma condição obrigatória que estes e a escola trabalhem dessa forma, possibilitando um nível específico de participação das crianças e dos jovens, internalizando-o, assim, no dia a dia.

A reflexão em torno da evolução dos estágios de compromisso do centro educativo em cada nível ou degrau de participação deu origem ao esquema apresentado no Quadro 2.

Degrau/Compromisso

	<i>Abertura</i>	<i>Oportunidade</i>	<i>Requisito</i>
Participação Codecisora, Democrática			
6. Partilha de responsabilidades e tomadas de decisão entre adultos e crianças/jovens (formulação alternativa - aprendizagem intergeracional)	Estamos dispostos a partilhar o nosso poder, enquanto adultos, com as crianças/jovens?	Temos procedimentos claros que permitam que crianças/jovens e adultos dividam poder e responsabilidade nas decisões que digam respeito à sala de aula, à organização escolar e à relação com a comunidade?	É política de escola que, através de regulamentos/normas explícitos, as crianças/jovens e os adultos partilhem poder e responsabilidade pelas decisões tomadas sobre a sala de aula, a organização escolar e a relação com a comunidade?
5. Envolvimento/implicação das crianças/jovens em processos de tomada de decisão	Estamos dispostos a envolver as crianças/jovens e a ter em conta as suas opiniões nos processos de tomada de decisão?	Os nossos processos de tomada de decisão permitem-nos ter em conta os pontos de vista das crianças/jovens?	É política da escola que as opiniões das crianças tenham peso na tomada de decisões?
Participação Colaborativa			
4. Apoio/Incentivo às crianças/jovens a expressarem-se e a levarem os seus interesses mais longe, de forma regular e sistemática	Estamos dispostos a fomentar espaços de participação das crianças/jovens, os quais podem ocorrer por iniciativa própria, escutá-las nesse processo e apoiando-as na respetiva implementação?	Temos previstos procedimentos, espaços e tempos que permitam incentivar e acompanhar estes processos de participação por iniciativa própria das crianças/jovens, a par de outros que resultem da iniciativa dos adultos?	É política da escola que as crianças/jovens sejam desafiadas, acompanhadas e valorizadas em processos de participação de iniciativa própria, a par de outros que resultem da iniciativa dos adultos?

Quadro 2 – Estágios de compromisso em cada degrau de participação, com base em Shier (2001)

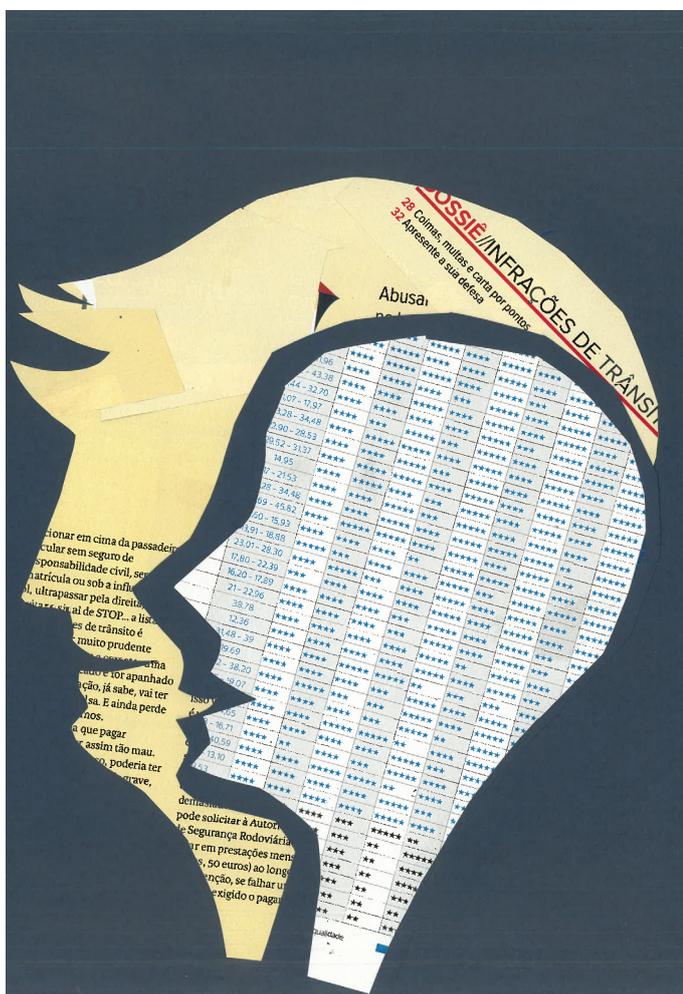


Figura 3 – Participação Codecisora

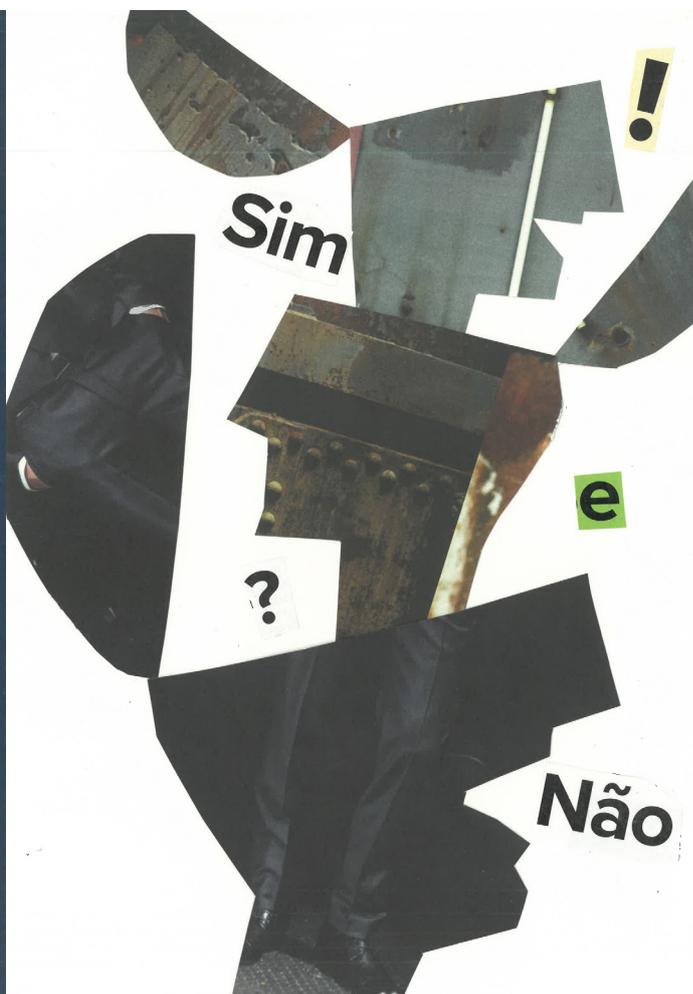


Figura 4 – Participação Colaborativa

Degrau/Compromisso

	<i>Abertura</i>	<i>Oportunidade</i>	<i>Requisito</i>
Participação Consultiva			
3. Crianças/jovens são desafiados pelos adultos a partilharem as suas opiniões de forma regular e sistemática – também os mais invisíveis e tímidos	Estamos dispostos a desafiar todas as crianças/jovens a partilharem regularmente as suas opiniões sobre o ensino-aprendizagem e outros assuntos do seu interesse?	No(s) nosso(s) modo(s) de trabalho docente, valorizamos de uma forma consciente e explícita as opiniões das crianças/jovens sobre o ensino-aprendizagem e outros assuntos do seu interesse?	É política da escola que os educadores desafiem todas as crianças/jovens a partilharem regularmente as suas opiniões sobre o processo ensino-aprendizagem e outros assuntos do seu interesse?
2. Crianças/Jovens são cuidadosa e ativamente observados/escutados pelos adultos, processos a partir dos quais os adultos ampliam os interesses/opiniões das crianças/jovens	Estamos dispostos a apoiar as crianças/jovens na expressão dos seus pontos de vista?	Temos um conjunto de estratégias e atividades para ajudar as crianças/jovens a expressarem os seus pontos de vista?	É política da escola que as crianças/jovens tenham de ser apoiadas na expressão dos seus pontos de vista?
Participação Condicionada			
1. Crianças/jovens são escutados, não participam nas tomadas de decisão nem são informados dos processos resultantes dessa recolha, mas o resultado da escuta é tido em conta nas decisões tomadas	Estamos dispostos a escutar as crianças/jovens?	Trabalhamos de uma forma que nos permite escutar as crianças/jovens?	É política da escola que as crianças/jovens sejam escutadas?

Quadro 2 – Estágios de compromisso em cada degrau de participação, com base em Shier (2001) (Continuação)



Figura 5 – Participação Consultiva



Figura 6 – Participação Condicionada



Mas este processo, que se desejava participado por todos, ainda não tinha contado com a participação das crianças e jovens. Assim, a partir da reflexão já feita, foi também pedido aos educadores/professores que tentassem perceber o que as crianças/jovens consideravam ser os espaços de participação, assim como, através da narração das suas experiências de participação, compreender para que “degraus” essas experiências pareciam apontar.

Os discursos das crianças/jovens permitiram recolher exemplos de concretizações de formas de participação/níveis de interação existentes nos oito centros educativos, que se organizaram em três âmbitos, à semelhança da categorização adotada por Fielding (2012), i) a sala (ou ambiente de aprendizagem), ii) o trabalho das equipas educativas e iii) o contexto alargado do centro educativo¹.

A informação, que se apresenta no Quadro 3, é resultado do processo de investigação-ação que fomos descrevendo ao longo deste texto, no qual i) os adultos elaboraram conjuntamente uma proposta de degraus de participação e ii) as crianças e os jovens narraram as suas vivências nos centros educativos da rede, fornecendo assim exemplos de concretizações desses diferentes níveis. Da recolha de dados efetuada, escolheram-se alguns exemplos de concretizações que nos pareceram ser mais ilustrativos e que no quadro aparecem a cor azul².

1 – De todos os exemplos que foram recolhidos, apresentam-se aqui os que nos pareceram mais ilustrativos dos níveis propostos.

2 – As concretizações a preto são da nossa autoria, uma vez que não se recolheram dados sobre essas situações.

	Na sala (ambiente de aprendizagem)	Nas equipas educativas*	No centro educativo
Participação Codecisora, Democrática			
6. Partilha de responsabilidades e tomadas de decisão entre adultos e crianças/jovens (formulação alternativa - aprendizagem intergeracional)	<p>Coplanificação e colecionação de conteúdos curriculares</p> <p>Autorregulação das aprendizagens como política da escola</p> <p>Autoavaliação e coavaliação das aprendizagens (participação efetiva nos processos de avaliação)</p> <p>Gestão cooperada do currículo (percentagem de aprendizagens, de estratégias e de formas de avaliação propostas pelas crianças/jovens)</p>	<p>Inclusão de crianças/jovens como observadores e como intervenientes no trabalho das equipas educativas, o que pode passar por:</p> <ul style="list-style-type: none"> - envolvimento das crianças/jovens na comunicação de projetos interdisciplinares e dos seus resultados; - desenvolvimento conjunto (com os adultos) de projetos de investigação-ação sobre problemáticas que afetam ou interessem à escola (aprendizagem de uma disciplina, por exemplo). 	<p>Participação na elaboração de regulamentos que afetam a vida das crianças/jovens no centro educativo (regulamentos disciplinares; regulamentos de utilização de equipamentos tecnológicos na escola; uniformes...)</p> <p>Participação no processo de elaboração de horários letivos</p> <p>Preparação e participação em reuniões com encarregados de educação sobre os próprios alunos (individuais ou de grupos)</p> <p>Participação em órgãos de gestão pedagógica (exemplo: conselho pedagógico)</p>
5. Envolvimento/implicação das crianças/jovens em processos de tomada de decisão	<p>Definição de planos individuais de trabalho (JI)</p> <p>Assembleias de sala ou de escola para a tomada de decisão sobre a disposição dos espaços e/ou a aquisição de materiais para a sala (JI)</p>	<p>Coplanificação entre docentes e alunos de uma sequência didática ou de um projeto pedagógico da Escola</p>	<p>Envolvimento/implicação das crianças/jovens na concretização/implementação das decisões tomadas, através da participação em equipas de trabalho com adultos (JI)</p>
Participação Colaborativa			
4. Apoio/Incentivo às crianças/jovens a expressarem-se e a levarem os seus interesses mais longe, de forma regular e sistemática	<p>Gestão cooperada do currículo concretizada através de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - escolha de projetos a desenvolver realizada em assembleias de turma/sala (JI+1C); - escolha do produto final dos projetos desenvolvidos (1C). 	<p>Participação de representantes de crianças/jovens em reuniões das equipas educativas (JI)</p>	<p>Mentoria à Associação de Estudantes numa perspetiva de apoio regular e empoderamento das crianças/jovens na concretização das suas iniciativas (S)</p>
Participação Consultiva			
3. Crianças/jovens são desafiados pelos adultos a partilharem as suas opiniões de forma regular e sistemática - também os mais invisíveis e tímidos	<p>Realização de assembleias de sala para recolha de opiniões sobre diversos assuntos relativos à sala (JI+1C)</p>	<p>A equipa reflete conjuntamente sobre pontos de vista/avaliações dos alunos</p>	<p>Realização de assembleias de turma ou de ano regulares com propostas por escrito dirigidas aos órgãos de decisão da escola com vista à respetiva deliberação (1C+S)</p>
2. Crianças/Jovens são cuidadosa e ativamente observados/escutados pelos adultos, processos a partir dos quais os adultos ampliam os interesses/opiniões das crianças/jovens	<p>Diálogo sobre problemas identificados pelas crianças/jovens, como sobreposição ou sobrecarga do calendário de testes, numa perspetiva de apoio à respetiva resolução (S)</p>	<p>As equipas educativas interessam-se por conhecer as opiniões e interesses dos alunos, e estimulam as crianças/jovens, por vários meios, a darem-nos a conhecer, incorporando a informação resultante na reflexão profissional</p>	<p>Diálogo sobre situações que afetam as crianças/jovens e o seu bem-estar, numa perspetiva de acompanhamento e apoio à respetiva resolução (S)</p>
Participação Condicionada			
1. Crianças/jovens são escutados, não participam nas tomadas de decisão nem são informados dos processos resultantes dessa recolha, mas o resultado da escuta é tido em conta nas decisões tomadas	<p>A planificação das aulas tem em conta a avaliação diagnóstica realizada pelos professores</p>	<p>A reflexão das equipas educativas tem em conta dados das perceções dos alunos sobre atividades letivas</p>	<p>Inquéritos sobre a atitude dos alunos ou o seu bem-estar são levados a cabo (JI+1C+2C+S)</p>

* Equipas docentes, Departamentos disciplinares, etc.

Os dados permitem perceber que este caminho de evolução da participação das crianças e jovens na Escola, apesar de já se estar a fazer há vários anos na rede, está ainda longe de atingir os graus mais elevados de participação, mas também que a parceria estabelecida entre adultos e crianças/jovens permitiu a construção de uma escala que parece, de facto, adequada à realidade dos centros educativos.

Consideramos este processo de investigação rico e desafiante. Rico e desafiante porque a rede engloba centros educativos de diferentes níveis de ensino e diferentes geografias. Também porque se sabe que, em processos de inovação, os alunos são geralmente vistos (pelos adultos e mesmo pelas crianças/jovens) como beneficiários e não como sujeitos coconstrutores ativos e participantes. Interessante, porque permite sublinhar a necessidade de perceber que a Escola tem um caminho a percorrer e que esse caminho não é curto nem fácil, mas que tem de ser feito de forma acompanhada pelos diferentes atores do processo educativo. Nesse sentido, a construção de uma escala de participação pode servir como bússola orientadora do processo. Pode ainda sugerir a pertinência de cada centro educativo construir o seu próprio projeto de participação das crianças e jovens, apontando a níveis de participação codecisora e democrática, num efetivo diálogo interpessoal que promova o desenvolvimento e a emancipação das crianças e jovens.

UM PROCESSO A VIVER EM CADA CENTRO EDUCATIVO

Sendo um fruto do processo desencadeado e vivido nos centros educativos das Irmãs Doroteias em Portugal, de 2018 até hoje, o presente referencial constitui igualmente um desafio a todos os atores sociais que, em cada centro educativo, protagonizam quotidianamente o processo ensino-aprendizagem-avaliação, com foco particular na participação das crianças e jovens.

Como dissemos anteriormente, esse desafio pode passar pela construção de um projeto de participação do próprio centro educativo. Tendo isso em mente, a forma pormenorizada como apresentámos o processo de construção deste referencial poderá servir de bússola – não mais do que isso – na metodologia a adotar por cada centro educativo no desenvolvimento do seu próprio projeto.

Assim, nessa construção sugerimos que se tenham em conta alguns critérios:

- I. Garantir que é um processo participado por todos os envolvidos (educadores docentes e não docentes, líderes escolares, crianças e jovens);
- II. Definir um horizonte temporal, tanto para o período de elaboração do projeto como para o da sua vigência;
- III. As etapas a percorrer ao longo do tempo de elaboração do projeto deveriam permitir:
 - a. uma apropriação de alguns conceitos-chave, através de leituras e debates em torno des-

ses conceitos¹, um processo vivido, partilhado e refletido, adequado à própria realidade conhecida;

- b. partindo dessa apropriação concetual conjunta, um diagnóstico da qualidade de participação das crianças e jovens no centro educativo, de acordo com a escala de participação proposta;
 - c. a definição de um horizonte desejado e os passos/ações estratégicas para lá chegar, numa perspetiva de melhoria gradual da participação das crianças e jovens.
- IV. Cuidar que as ações estratégicas abranjam todos os contextos (sala/ambiente de aprendizagem, equipas educativas e centro educativo) e percorram um caminho gradual e possível, mas de efetiva transformação do processo educativo, que permita uma participação plena, desejada, não mera “decoração”, mas sim uma forma realmente nova de educar.

Tendo consciência que cada centro terá de encontrar o seu próprio caminho, sugere-se que se privilegiem iniciativas que partam de âmbitos em que chegar a níveis de participação codecisora seja mais fácil – por exemplo, no desenvolvimento de projetos interdisciplinares em que porventura pode ser menos difícil chegar aos degraus de codecisão.

Este desafio não tem, contudo, de ser vivido de modo isolado, podendo e devendo continuar a beneficiar

¹ — Deixamos complementarmente, no final da bibliografia a indicação de outras sugestões de leitura.



da fertilização cruzada, proporcionada pela aprendizagem em rede. Nesta perspectiva, os Degraus de Participação podem ser encarados, por cada centro educativo, como uma “mola” ou um “trampolim”. Isto é, uma ferramenta para aprofundar a participação das crianças e jovens em cada contexto educativo que permita encontrar formas novas de concretizar no quotidiano (ou consolidar outras já experimentadas), assentes na escuta e diálogo interessados. Uma ferramenta assente, também, no reconhecimento mútuo entre crianças/jovens e adultos, forjando o comprometimento com um projeto de comunidade compartilhada, ao serviço do bem comum.

BIBLIOGRAFIA

- Bernstein, B. (2000). *Pedagogy, symbolic control and identity*. Oxford: Rowman & Littlefield Publishers.
- Caetano, A. (2019). Ética na investigação-ação: Alguns apontamentos de reflexão. *EstreiaDiálogos*, 4(1), 53-73.
- Cardoso, A. P., & Rego, B. (2017). Metodologias de investigação na formação de professores: A investigação-ação e o estudo de caso. In L. Menezes et al. (Eds), *Olhares sobre a educação: Em torno da formação de professores* (pp. 21-33). Viseu: Escola Superior de Educação de Viseu.
- Cortesão, I., & Jesus, P. (2020). Guia da Participação das Crianças e Jovens: Centros Educativos das Irmãs Doroteias. *Bússola 21*. <http://hdl.handle.net/20.500.11796/3076>
- Cortesão, I., & Jesus, P. (2022). À-participação ou participação das crianças? Experiências de inovação educacional vistas pelas próprias. *Revista Portuguesa de Investigação Educacional*, (23), 1-34. <https://doi.org/10.34632/investigacaoeducacional.2022.10729>
- Cortesão, I., & Jesus, P. (2023). Pasos en Participación de niños y jóvenes en centros educativos: Una dinámica de investigación-acción. In M. Sánchez-Moreno & J. López-Yañez (Eds.), *Construir comunidade en la escuela* (pp. 353-364). Madrid: Narcea Ediciones.
- Cortesão, L. (2019). No contexto do arco-íris sociocultural: Contributos da Investigação-Ação. *EstreiaDiálogos*, 4(1), 41-52.
- Cunha, M. B. D. (2018). Dinâmicas de participação das crianças: o orçamento participativo das escolas: estudo de caso (Master dissertation), Universidade do Minho, Braga.
- Falsarella, A. (2018). Os estudos sobre a cultura da escola: forma, tradições, comunidade, clima, participação, poder. *Educação & Sociedade*, 39(144), 618-633.
- Fielding, M. (2012). Beyond student voice: Patterns of partnership and the demands of deep democracy. *Revista de Educación*, 359, 45-65.
- Flores, M. A., & Silva, A. M. C. (2019). Investigação-ação: reflexão, ação e transformação. *EstreiaDiálogos*, 4(1), 9-13.
- Hart, R. A. (1992). *Children's participation: From tokenism to citizenship*. Florence: UNICEF.
- Jesus, P., & Cortesão, I. (2021). Inovação pedagógica nos centros educativos das Irmãs Doroteias: a participação das crianças. *Saber & Educar*, (30), 1-11.
- Marchi, R. C. (2011). Género, infância e relações de poder: interrogações epistemológicas. *Cadernos Pagu*, 37, 387-406.
- Schafer, R. M. (1992). *O ouvido pensante*. São Paulo: Unesp.
- Shier, H. (2001). Pathways to participation: Openings, opportunities, and obligations. *Children & Society*, 15(2), 107-117.
- Susinos Rada, T., & Ceballos López, N. (2012). Voz del alumnado y presencia participativa en la vida escolar. Apuntes para una cartografía de la voz del alumnado en la mejora educativa. *Revista de Educación*, 359, 24-44.
- Thomas, N. (2007). Towards a theory of children's participation. *International Journal of Children's Rights*, 15, 199-218.
- Tomás, C., & Gama, A. (2011). Cultura de (não) participação das crianças em contexto escolar. *Educação, Territórios e (Des)Igualdades*. II Encontro de Sociologia da Educação. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

OUTRAS SUGESTÕES DE LEITURA

- Christensen, P., & James, A. (2005). *Investigação com crianças. Perspectivas e Práticas*. Porto: Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti.
- Herbots, K., & Put, J. (2015). The Participation Disc: A Concept Analysis of (a) Child (’s Right to) Participation. *International Journal of Children’s Rights*, 23, 154-188.
- Perrenoud, P. (1995). *Ofício de aluno e sentido do trabalho escolar*. Porto: Porto Editora.
- Sarmiento, M. J., Fernandes, N., & Tomás, C. A. (2007). Políticas públicas e participação infantil. *Educação, Sociedade & Culturas*, 25, 183-206.
- Skivenes, M., & Strandbu, A. (2006). A Child Perspective and Children’s Participation. *Children, Youth and Environments*, 16 (2), 10-27.

ORGANIZAÇÃO: IRENE CORTESÃO E PEDRO JESUS

ILUSTRAÇÃO: WALTER ALMEIDA

DESIGN GRÁFICO E PAGINAÇÃO: DANIELA COSTA

EDIÇÃO: ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE PAULA FRASSINETTI

LOCAL: PORTO

ISBN: 978-989-35284-1-9

1ª EDIÇÃO | NOVEMBRO 2023

